

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM PORTUGAL

UMA PERSPECTIVA

*Sérgio Claudino**

1. Nota introdutória

No presente artigo procede-se a uma abordagem da evolução da Geografia nos ensinos básico e secundário em Portugal, numa investigação em aberto e útil ao debate sobre os caminhos a trilhar pela educação geográfica.

Considerámos grandes ciclos no ensino de Geografia: o primeiro, está compreendido entre a Revolução Liberal e meados do século XIX; o ciclo seguinte estende-se até próximo do final daquele século; o terceiro prolonga-se até aos anos 40 do século XX; o ciclo seguinte termina no começo dos anos 90, subdividido pela Revolução de 1974, e, presentemente, desenvolve-se um quinto ciclo. Uma leitura de conjunto revela como a valorização do discurso nacionalista acaba por ser determinante para a própria relevância que a Geografia vai assumindo no sistema de ensino.

2. O iluminismo tardio

No Portugal de XVIII, o iluminista Marquês de Pombal expulsa a Companhia de Jesus, com colégios espalhados por todo o país. Institui uma rede pública de Estudos Menores, onde não há lugar ao ensino de Geografia, mesmo se ele consta das propostas de Luís António Verney (1746), Inácio Correia Monteiro (1754) e de Ribeiro Sanches (1759). Sem esquecer a associação aos conhecimentos matemáticos e naturais, estes reformadores estrangeirados privilegiam a Geografia como auxiliar de História. Os dois saberes são leccionados apenas nos estabelecimentos de ensino elitistas, como o Colégio dos Nobres, o Colégio das Artes e o Colégio Militar (surgido já nos começos de XIX).

A influência da instrução da França revolucionária no ensino português de Geografia faz-se sentir, desde logo, na adopção de manuais produzidos nesse país, naqueles mesmos colégios. Em 1830 e por determinação do

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

governo miguelista, é publicado o livro mais marcante da primeira metade de XIX, *Lições Elementares de Geografia e Cronologia...*, da autoria do absolutista e professor do Colégio das Artes, Frei José de Sacra Família.

Nesta obra, procede-se a uma sistematização rigorosa da ciência geográfica; no âmbito da Geografia *Prática* (descrição *efectiva* da Terra), identificam-se os principais acidentes geográficos, por continentes e países, com grande preocupação de equidade na abordagem de cada um. Sacra Família transporta a ortodoxia do discurso iluminista, que valoriza o conhecimento da totalidade da terra e dos povos. Podemos interrogar-nos se o texto abreviado de Sacra Família sobre Portugal se deve não só à matriz iluminista como ao facto de ele ser conveniente a um país envolvido em guerra civil.

Antes, em 1826, na vigência do liberalismo moderado de D. João VI, Casado Giraldes, cônsul de Portugal em Paris, redigira o *Compêndio de Geografia-Histórica...* Aí se elogia a terra portuguesa, designadamente as cidades de Lisboa e Porto, exalta-se o carácter dos seus habitantes, etc. Este discurso nacionalista choca com a tradição iluminista e Casado Giraldes (1826, p. 23) sente-se na necessidade de justificar a maior atenção que concede a Portugal por ser esta *a nossa cara Pátria!*

Nos anos 30, os liberais vencedores da guerra civil instituem um sistema de ensino público em decidida imitação daquele francês. Em 1836, na instrução primária, Passos Manuel determina a leccionação de *Breves Noções de História, Geografia e Constituição* – pretende-se imprimir claras preocupações cívicas ao ensino de Geografia. No recém-criado ensino liceal e na continuidade da matriz iluminista, surge a disciplina de *Geografia, Cronologia e História*. Já em 1844, o coimbrão Silva Carneiro, fidalgo da Casa Real, nos seus *Elementos de Geografia e Cronologia...* para a instrução liceal, continua a referenciar as grandes serras, rios e cidades, ainda que sem a rigidez de Sacra Família. No mesmo ano, é publicada a reforma curricular de Costa Cabral, que institui, na instrução secundária, a disciplina de *História, Cronologia e Geografia, especialmente a Comercial*, ao encontro das crescentes preocupações em acompanhar o desenvolvimento da Europa em industrialização. Silva Carneiro sente-se obrigado a completar o seu livro com um apressado apêndice sobre as trocas comerciais de diversos países e, ao descrever o comércio externo de Portugal, repete o que já afirmara Casado Giraldes: o país importa produtos industriais do estrangeiro, a quem vende produtos agrícolas; o império é um fornecedor de matérias primas e mercado dos seus produtos manufacturados. Contudo, a informação estatística sobre o comércio externo da época revela que as trocas do Reino com as possessões são insignificantes e que, nas compras ao estrangeiro, pesam os produtos agrícolas, quando nas exportações relevam os produtos industriais. Esta descrição respeita melhor o modelo económico desejado pelos portugueses para o seu país do que a situação real – o que se vai repetindo nos livros escolares.

Na instrução primária, a reforma de 1844 consagra, nos dois primeiros

anos, o ensino de *Princípios de corografia e história portuguesa*, no discreto apelo ao estudo do país. No ano seguinte, a pedido do Conselho Superior de Instrução Pública/CSIP, órgão afecto à Universidade de Coimbra, Silva Carneiro redige um outro compêndio, para a instrução primária, onde não se afasta significativamente do discurso generalista que adoptara para a instrução secundária.

Entretanto, no mapa político, internacional e nacional, consolida-se o estado-nação. No Portugal da segunda metade de 40, publicam-se obras anónimas ou semi-anónimas, dirigidas, sobretudo, à instrução primária e cada vez mais centradas no país. Várias delas são influenciadas pela segunda edição, em português, de 1846, do compêndio do Abade Gaultier¹, adaptada pelo Padre Inácio Roque, que reside em Paris.

No seu exacerbamento, Inácio Roque faz, por exemplo, das Berlengas ilhas de dimensão europeia e coloca em paralelo a península de Peniche, a da Escandinávia e a própria Península Ibérica. Contrariando a forte hierarquização do território por parte dos autores generalistas, refere não só os principais rios como os seus afluentes, identifica as vilas mais significativas, etc. Na libertação da ortodoxia de Malte-Brun, geógrafo de referência de Sacra Família e Silva Carneiro, os autores escolares vão concedendo uma atenção crescente ao clima e às produções da terra, o relevo forma-se não só de montanhas como de planícies... – de alguma forma, a Geografia aproxima-se do quotidiano das populações. Nos compêndios da disciplina, identificam-se montanhas, rios e cidades por província, em pretendido equilíbrio e harmonia territorial; desta forma, escapa ao aluno que as cidades de Trás-os-Montes são menos populosas que as de outras regiões, que as serras do Alentejo são menos imponentes que as do Norte, etc.

3. O positivismo corográfico

Em 1850, João Félix Pereira escreve o *Compêndio de Corografia Portuguesa*, que marca o fim do ciclo de *iluminismo tardio*. Inicia-se um outro ciclo, que se estende até à reforma curricular de 1894/95, o do *positivismo corográfico*, pelo grande afluxo de informações sobre Portugal carreadas pelos manuais de Corografia.

Nos começos de 50, Portugal inicia a *Regeneração* nacionalista a que Fontes Pereira de Melo dá o rosto: o país vira-se para o desenvolvimento interno, com destaque para a agricultura e os transportes; Sá da Bandeira reassume a política de consolidação do império ultramarino português, que iniciara nos anos 30. Progride o conhecimento do território português, quanto ao relevo, à geologia e ao clima, designadamente pela investigação de Filipe Folque e dos seus colaboradores mais directos. Em 1864, realiza-se o primeiro Censo da População e ensaiam-se estimativas grosseiras sobre o total de habitantes das possessões; em 1875, inicia-se a publicação dos anuários estatísticos e efectuam-se os primeiros inquéritos sectoriais, como à

¹ A primeira edição, de divulgação mais restrita, data de 1838

pecuária ou à indústria – multiplicam-se os números sobre o país.

Na sua *Corografia*, Félix Pereira assume a ruptura curricular: este compêndio deve-se à falta de um livro sobre Portugal que ajude os respectivos alunos a estudar a *nossa pátria que é a que mais nos interessa* (Pereira, 1850, p. 5). No discurso nacionalista, surgem novos conceitos sobre o território português, entretanto esquecidos ou tão pertinentes e poderosos que sobrevivem até aos nossos dias – como é o caso de *Portugal Continental*, referido pelo mesmo Félix Pereira (1850) e retomado por Carreira de Melo (1851). Atestando a sua sensibilidade territorial, Félix Pereira (1852) fala, também, de *Portugal Peninsular*. Contudo, subsiste a tradição da Geografia Geral nos manuais para a instrução secundária.

Este ciclo das Corografias para ensino espelha directamente o novo ciclo político. Estamos perante uma ruptura da produção geográfica escolar que dificilmente poderia ser mais significativa:

- i) ocorre na ausência de qualquer alteração da legislação curricular. Permanece a reforma de 1844 e só em 1860 Fontes Pereira de Melo aprova um plano de estudos que, em grande medida, consagra as alterações dos conteúdos dos compêndios;
- ii) apesar do seu sucesso editorial e da influência que logo exerce noutros autores, o coimbrão CSIP ignora completamente João Félix Pereira quando, em 1854, indica os livros de Geografia autorizados oficialmente;
- iii) este autor e Joaquim Lopes Carreira de Melo não frequentam a Universidade de Coimbra, não conseguem concretizar as suas tentativas de ascensão social, nem merecem condecorações ou o ingresso em distintas corporações. Ao contrário, são zuzidos por reputados intelectuais da época. Não passam de autores populares, desvinculados da tradição académica da Universidade de Coimbra e que, na capital, vivem e sentem o novo ciclo político.

A reforma curricular de 1860 determina não só o estudo de Portugal como das suas colónias, o que é confirmado em nova reforma publicada três anos depois. Ao longo de séculos, a causa do império é assumida mais pelo poder central que pelas gentes do Reino e, também no ensino de Geografia, o estudo das possessões decorre da imposição do mesmo poder político. Esta orientação colonial vai ao encontro do discurso nacionalista de 50 e é bem acolhida pelos autores do decénio seguinte, em especial por outro professor do Liceu Nacional de Lisboa, o Padre José de Sousa Amado, que publica um livro dedicado exclusivamente às possessões portuguesas (incluindo Açores e Madeira).

Marcado pela subserviência em relação aos conhecimentos de História, o primeiro programa liceal de Geografia, de 1872, é alvo de uma generalizada contestação – na realidade, os compêndios de Geografia revelavam uma assinalável desenvoltura na abordagem dos diferentes assuntos, com parti-

cular atenção aos aspectos cívicos. O programa de 1880 representa a vitória de posições pró-europeístas, designadamente quando pretende comparar o desenvolvimento de Portugal com o de outros países europeus – contrariando posições anteriores da Sociedade de Geografia de Lisboa. Em 1876, logo no seu Parecer nº 1, esta instituição reclamara a autonomia curricular da disciplina em relação à de História e uma maior atenção em relação às colónias, carecidas dos portugueses que continuavam a emigrar para o Brasil. O programa liceal de 1886 estabelece o compromisso entre os que aspiram a um país apostado na modernidade europeia e uma maior atenção ao império e a reforma curricular de 1888 consagra, enfim, a autonomia da disciplina de Geografia; nela, a *Geografia de Portugal e das suas colónias* é o tema mais desenvolvido e de interrogação obrigatória nos exames.

Nesta última reforma, podemos identificar não só a vitória tardia das posições da SGL, de que figuras cimeiras vão acedendo ao poder, como o prestígio de uma disciplina de Geografia com um discurso de grande actualidade. Nos compêndios, encontramos muitos dos novos conhecimentos científicos sobre a metrópole e possessões e o entusiasmo da modernização portuguesa. Assim, por exemplo, os autores que, nos anos 50, denunciavam o atraso dos transportes no Continente, discriminam, agora, as novas rodovias, os quilómetros construídos de ferrovias, em construção ou, tão só, planeados – o que igualmente encontramos *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, de Gerardo Pery (1875), que inspira vários dos manuais de Geografia dos anos 80 e 90. Os pequenos estudantes portugueses dificilmente reterão os muitos números das Corografias escolares, mas constroem a imagem de um país em progresso e que percorrem de norte a sul, já não só através dos rios, montanhas ou lugares importantes, como das linhas de caminho de ferro. Salvaguardados alguns ícones nacionais, como Lisboa ou a Serra da Estrela, no mapa iluminado por multiplicados acidentes geográficos, sobressai a imagem do país: a verdadeira apologia não é a da serra ou a da cidade, é a de Portugal, no seu conjunto.

A Geografia assume-se como disciplina de cidadania, que explica o funcionamento do regime político, dos sistemas judicial, militar, religioso ou escolar. Contudo, privilegia a dimensão nacional e os autores começam pela explicação dos órgãos que tutelam o país, não por aqueles mais próximos dos cidadãos.

Na instrução primária, o ensino da Corografia portuguesa é feita na ausência de programas, mas autores como Moreira de Sá valorizam as indicações oficiais sobre os exames de admissão aos liceus ou às Escolas Normais. No entanto, a falta dos programas não se faz sentir excessivamente: na instrução secundária, os textos oficiais consagram, no essencial, o que já é texto nos compêndios, num discurso cada vez mais coerente e consolidado; a própria aprovação oficial dos manuais limita-se, por vezes, a consagrar aqueles mais lidos. O discurso escolar de uma Geografia cada vez mais pujante é determinado, em grande medida, pelos autores dos compêndios, cujas diferenças de formação se atenuam nos textos semelhantes que vão

produzindo.

Com efeito, esta disciplina que nos fala das aspirações de um país conciliado consigo próprio, vai mobilizar, para autores, figuras conceituadas da sociedade da época. Nelas, contam-se conceituados técnicos do território, como Emiliano Augusto Bettencourt, Gerardo Pery e Bernardino Barros Gomes (cujas *Cartas Elementares* são uma referência fundadora da Geografia científica); conhecidos oficiais como José Nicolau Raposo e Carlos de Melo; o médico e político João de Lacerda e personalidades com interesses na área do ensino e fora desta, designadamente Cândido de Figueiredo e Manuel António Ferreira-Deusdado.

Entretanto, da Sociedade de Geografia vão escasseando as notícias de actividades da sua outrora relevante Secção de Ensino Geográfico. Perante o ultimato britânico, Jaime Moniz (1890) defende que o patriotismo se robustece na História Pátria e Bernardino Machado também convoca para a *missão moral* aquele saber, a História Natural e a língua materna, mas não a Geografia. No começo dos anos 90, nos livros escolares desenham-se menores preocupações de formação cívica e uma leitura da Geografia que privilegia a sua associação às ciências naturais, reflectindo a influência crescente da obra de Ratzel. Bernardino Machado (1899), que chega a presidir à referida Secção de Ensino Geográfico da SGL, acusa a Geografia de não possuir objectivos claros e de constituir um misto de conteúdos sem grande coerência.

4. A Geografia progressivamente alheada

A reforma curricular de 22 de Dezembro de 1894 pode ser tomada como o marco de um ciclo do ensino da Geografia em Portugal que se prolonga até ao final dos anos 40 do século seguinte. A disciplina é desvalorizada ideológica e curricularmente e, no ensino secundário, direcciona-se para o estudo das relações de causalidade estabelecidas entre o homem e os restantes seres vivos, na progressiva subalternização das dimensões política e social.

Naquela reforma, a Geografia é excluída das disciplinas a que se *adjudica grande estima* pelo seu valor formativo e associada, de novo, à História. O programa omite a Geografia Política, as fronteiras, as produções ou o comércio externo... A partir do Liceu Nacional de Lisboa e da *Revista de Educação e Ensino*, Manuel António Ferreira-Deusdado é a voz, prestigiada mas isolada, que se opõe a esta desvalorização, na sequência do que publica, em 1896, *A Reforma da Educação Geográfica – Princípios Pedagógicos em Geografia*. Entretanto, a reforma de 1905 retoma muitas das anteriores preocupações corográficas, num assumido discurso nacionalista.

No ensino primário, testemunhando o atenuar das preocupações de cidadania, de 1896 para 1902 desaparecem as referências à *Ideia sumária da divisão eclesiástica, judicial e militar. Forma de governo, religião e população*. As produções são as agrícolas, com omissão das minerais ou industriais.

Em 1901, as conclusões do I Congresso Colonial esquecem o ensino

primário e o ensino secundário. Tal não será alheio ao facto de as colónias portuguesas serem cada vez mais encaradas como de *exploração* e, não, de *povoamento*; assim, não se pretende tanto uma emigração maciça para África, a exigir a mobilização da escola, como a deslocação de quadros qualificados – e, em 1906, na SGL, entra em funcionamento a Escola Colonial. Já em 1924, o II Congresso Colonial continua a desvalorizar aqueles ensinamentos e Norton de Matos (1924) assume a defesa inequívoca da mobilização de quadros para as colónias.

A I República acentua a desvalorização da Geografia como disciplina de formação cívica e de identificação nacionalista, em favor de História e de Português – como se pode ler, por exemplo, em João de Barros (1916) ou nos programas liceais de 1918; já em 14 de Janeiro de 1929, em instruções sobre os cursos complementares, a Geografia é valorizada como auxiliar da História. Pela reforma do ano seguinte, os seus conteúdos são leccionados nas disciplinas de *Ciências da Natureza* e de *Geografia e História* – na aparente contradição de uma subalternização em relação tanto às Ciências da Natureza, como à História, identifica-se, afinal, a profunda crise de identidade da disciplina. Em 1936, no ensino liceal, os conteúdos geográficos são acantonados na disciplina de *Ciências Geográfico-Naturais*, nos três primeiros anos liceais, e na de *Ciências Geográficas*, no 7º ano. Perde relevância o ensino de Portugal e, neste último nível, abordam-se conteúdos de Cosmografia e Geofísica, Geologia e Geografia Física. O programa é taxativo na afirmação de que *O ensino da corografia de Portugal continental, insular e ultramarino terá sempre uma feição descritiva*² – no Portugal da ditadura crescentemente consolidada, a Geografia serve para memorizar factos, não para os discutir. Também em 1936, a reforma do ensino primário suprime, entre outros, os conteúdos de Geografia. Entretanto, no ensino técnico profissional, dirigido à formação de quadros inferiores, os programas de 1930 abordam as produções, o comércio e as comunicações, afastados de preocupações de uma Corografia nacionalista. Já nos começos de 40, as comemorações dos centenários da Independência e da Restauração acentuam, igualmente, a valorização do papel ideológico da História.

No início do século XX, institucionaliza-se o ensino universitário de Geografia em Portugal. Contudo, Orlando Ribeiro (1976) alerta para a fragilidade institucional da *jovem* ciência neste período e recorda que o primeiro doutoramento em Geografia, o de Amorim Girão, apenas ocorre em 1922. Em 1904, Silva Teles ingressa no Curso Superior de Letras, como primeiro docente universitário de Geografia; mais tarde, Anselmo Ferraz de Carvalho assumirá idêntica função na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A Geografia está institucionalmente associada à História e, em 1918, surge a licenciatura em Ciências Históricas e Geográficas. Em 1930, ao encontro de posições de Amorim Girão (1929), autonomiza-se, definitivamente, a licenciatura em Geografia (*Ciências Geográficas*), repartida pelas

² Decreto nº 27085, de 14 de Outubro de 1936

Faculdades de Letras e de Ciências – passando, posteriormente, a ser leccionada apenas na primeira Faculdade.

Em 1936, nas suas *Lições de Geografia Humana*, Amorim Girão adota um discurso marcado pelo determinismo geográfico, o que atribuirá à influência de Ellen Semple e Friedrich Ratzel e virá a rectificar posteriormente (Girão, 1953). Também no discurso de jovens docentes liceais, a Geografia aproxima-se das ciências naturais. Para Sílvio Pélico (Neto, 1917: 42), ela *É a ciência dos fenómenos físicos, biológicos e sociais, dispersos pelo globo e relacionados pela natureza* e Manuel Heleno Júnior (1919: 27) fala da *distribuição, localização e interpretação da face da terra, nas suas relações com a camada vegetal e animal*. Na universidade e nos programas do ensino secundário e primário valorizam-se, pois, os aspectos físicos em detrimento dos humanos – sem que, contudo, se possa falar de um relacionamento estreito entre o ensino superior e o restante.

Horácio Capel (1981) alude às resistências com que a Geografia francesa se viu confrontada no final do século XIX e à valorização que foi obrigada fazer dos acontecimentos de 1870, para justificar a sua continuidade institucional. Marcelo Escolar (1996) identifica um rápido processo de corrosão da legitimidade científica da Geografia nos começos de XX: confrontada com o aparecimento de novas disciplinas, como a Sociologia, ela reduz a interpretação das relações sociais a fenómenos intrinsecamente territoriais e perde capacidade interpretativa. Contudo, resiste no sistema de ensino, auxiliada pela História e por um número crescente de docentes no ensino básico e secundário. Em Portugal, é também uma Geografia barricada na inércia curricular que vai subsistindo ao longo da primeira metade do século XX.

A reforma curricular de 1894 obriga à adopção de um único livro por disciplina e nível, de acordo com a prévia selecção governamental. O primeiro compêndio liceal de Geografia é seleccionado no ano seguinte. Multiplicam-se as aprovações provisórias de manuais ou a sua renovação através de meras decisões administrativas. Com uma excepção, adoptam-se os compêndios de José Nicolau Raposo Botelho. Na instrução primária, autorizam-se as *Noções elementares de Geografia, Cronologia e Corografia de Portugal*, de Vicente de Almeida d'Eça. Recusam-se dezenas de outros livros, com prejuízo para a dinâmica da evolução da disciplina – e esta constitui uma das críticas que se levantam ao sistema de livro único, também contestado por anti-liberal. No ensino primário, este é revogado em 1901, mas aprovações posteriores continuam a privilegiar o compêndio de Almeida d'Eça, bem como um de Raposo Botelho, aparecendo também novos autores, como Acácio Guimarães. Com a República, ainda em 1913, uma comissão de apreciação dos livros do ensino primário e normal constata que o novo regime continua a *dar aos cidadãos de amanhã uma educação monárquica*.³

No ensino liceal, a produção de compêndios escolares é liberalizada em 1905, mas pontificam ainda os livros de Raposo Botelho, surgindo outros

³ Diário do Governo nº 235, de 8 de Outubro de 1913

autores como Fortunato de Almeida Pereira de Andrade e Ildefonso Marques Mano.

Só em 1921 saem os programas republicanos para a instrução primária geral, com repetida selecção do manual de Vicente de Almeida d'Eça. Também em 1921, de acordo com os programas liceais aprovados dois anos antes, é autorizado o primeiro compêndio de Mário de Vasconcelos e Sá, o único autor progressivamente autorizado para os vários níveis liceais. Com embaraço e por incorrecções científicas, rejeitam-se os compêndios de Luis Schwalbach, professor do Liceu de Lisboa e colaborador próximo de Silva Teles, na Faculdade de Letras de Lisboa, bem como os livros de Fortunato de Almeida. A afirmação de inéditas preocupações de rigor científico para o ensino secundário não pode deixar de ser associada à progressão dos conhecimentos universitários.

Com o golpe de Estado de 1926, sucedem-se reformas curriculares e legislação contraditória sobre compêndios; retoma-se a liberdade de produção destes, para benefício de autores antes recusados. Nos novos redactores escolares de Geografia, contam-se nomes como os de António Matoso e Albano Fernandes que, em resposta às exigências dos programas, se associam a docentes de Ciências Naturais, neste caso, Álvaro de Ataíde e João Martins Godinho, respectivamente.

Em 1875, José Nicolau Raposo Botelho publicara o seu primeiro livro de Geografia geral. Com uma obra diversificada, este oficial do Exército lecciona no Liceu e na Escola Normal do Porto e, já em Lisboa, dirige a *Revista Militar* e o Colégio Militar; a Revolução Republicana encontra-o general e Ministro da Guerra. Também Vicente Maria de Moura Coutinho Almeida d'Eça (1852-1929) é um militar, que atinge a patente de vice-almirante. Tradutor de Júlio Verne, com textos sobre Direito Internacional, pesca, descobrimentos e História Colonial, lecciona na Escola Naval, é director da Escola Superior Colonial, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, deputado, representante do país no estrangeiro e alvo de diversas condecorações. Em 1889 e por convite, assumira a regência de Geografia no Liceu de Lisboa. A relevância social e política destes dois autores testemunha, também, o prestígio da disciplina ao longo da segunda metade de XIX.

Ildefonso Marques Mano é professor liceal em Aveiro e, no início do século XX, director geral da Instrução Primária. Fortunato de Almeida Pereira de Andrade lecciona Geografia e História no Liceu de Coimbra e na sua Escola Normal; bacharel em Direito, é sócio da Academia das Ciências de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto de Coimbra, etc. Os seus manuais de Geografia têm grande divulgação nos anos 20, mas é mais marcante a sua actividade como autor de compêndios de História. Como se referiu, Luís Filipe de Lencastre Schwalbach Lucci é um professor liceal que lecciona, igualmente, na Faculdade de Letras de Lisboa.

Mário de Vasconcelos e Sá Ferreira da Cunha licencia-se pela Secção de Ciências Histórico-Geográficas e Filosóficas do Curso Superior de Letras. Em 1909, publica a sua dissertação de habilitação para o Magistério Secun-

dário; é um dos primeiros diplomados com formação universitária em Geografia. No Porto, é professor do Liceu Alexandre Herculano e de vários outros estabelecimentos de ensino. Homem da 1ª República, empenha-se na implementação de um ensino infantil municipal, preside a concursos de professores primários e participará no Congresso do Ensino Primário, de 1914, e nos Congressos Pedagógicos do Ensino Secundário (1927-1929). Desde os anos 30 é vice-director do *Primeiro de Janeiro*. No meio universitário, é criticado pela sua introdução geográfica à *História de Portugal*, de Damião de Peres.

Advogado e professor em Leiria, António Matoso inicia em 1928 as suas publicações para o ensino de Geografia, sobretudo para o ensino técnico. Distingue-se pela grande consulta bibliográfica e estabelece contactos com diversas entidades, na recolha de informações para os seus livros. Iniciando a sua actividade no começo dos anos 30, Albano Fernandes é outro docente liceal de assinalável sucesso; começa por leccionar em Coimbra e, poucos anos depois, desloca-se para um liceu de Lisboa. Assim, a Raposo Botelho e Almeida d'Eça sucedem-se autores que são, assumidamente, docentes liceais.

No ensino de Geografia, os compêndios continuam a ser decisivos na definição dos conteúdos escolares. No ensino primário, que se vai generalizando à quase totalidade da população, recupera-se o manual centrado nos aspectos essenciais, como sucede com o de Almeida d'Eça. Consolidam-se conceitos e imagens do discurso geográfico escolar. No ensino primário, o Brasil é valorizado, porque muitos portugueses continuam a emigrar para aí e é motivo de orgulho da acção europeia no mundo. Portugal integra Portugal Continental (ou só *Portugal*), as ilhas adjacentes e as colónias ou, ainda, *províncias*. Só em 1914 surge, pela primeira vez, a designação de *colónia*, depois consagrada no Acto Colonial de 1933. O discurso escolar e segregacionista da Geografia precede, em muitos anos, o da legislação, marcada pelo discurso assimilacionista da Constituição de 1822.

Os livros de Mário de Vasconcelos e Sá reflectem a sua formação universitária, na sua capacidade em mobilizar informações de Geografia Física à escala mundial e continental, com recurso a diversos mapas. Outro diplomado, Luis Schwalbach, fala de uma pressão atmosférica antes arredada dos compêndios. No final dos anos 20, um discurso naturalista, de frequentes referências deterministas, vai penetrando nos livros escolares; elogia-se a superioridade da raça humana frente aos restantes animais e a sua capacidade de enfrentar a natureza (Almeida, 1927) e até a migração interior-litoral surge como uma deslocação para a zona húmida (Schwalbach, s.d.: 127-128). As montanhas dão asilo a agrupamentos *tranquilos, sedentários e laboriosos...* (Sá, 1932) e disserta-se sobre a *Influência da Natureza nos costumes e na Vida Social* (idem, p. 350). Mário de Vasconcelos e Sá (1932) faz da crosta terrestre o objecto da Geografia, em cujas divisões surge desvalorizada a Geografia Humana. António Matoso (1933: 3) define a Geografia como o estudo das *relações do homem com o meio físico*. Nos *Resumos* para o ensi-

no primário, multiplicados a partir dos anos 30, a Geografia é, simplesmente, ciência da terra.

Alguns sistemas montanhosos podem ser comuns a Espanha e *Portugal*, mas a sua representação cartográfica termina na rígida fronteira entre ambos; é o Portugal-ilha dos manuais escolares. Sublinha-se, por favorável, o clima temperado da metrópole; consolidam-se os estereótipos regionais, em que homem e natureza surgem harmoniosamente integrados e Raposo Botelho (1907) fala-nos do minhoto laborioso e devoto, pescador no litoral e agricultor no interior; do transmontano robusto, agricultor e pastor, etc. Como sucede no livro de Mário de Vasconcelos e Sá (1931), domina o discurso ruralista e harmonioso da criança que, nos campos, se orienta pelo sol.

Ultrapassando o prescrito nos programas e transportando muito do discurso escolar de XIX, Raposo Botelho (1907) aborda os *Deveres e direitos dos cidadãos* ou detém-se no orçamento geral da metrópole e das colónias, mas com o escasseamento das preocupações cívicas no Continente e Ilhas, os autores referem-se, cada vez mais, apenas aos distritos e, nas colónias, à capital e respectivo governador. As províncias continuam a sobrepor-se aos distritos, nas atenções dos autores escolares e nos mapas murais que vão cobrindo as escolas de todo o país. Contudo, apesar de consagradas no Código Administrativo de 1936, elas são dissolvidas em 1959, sem nunca terem assumido as previstas funções de *fomento e coordenação*.

Na distribuição da população, reconhecem-se os contrastes norte-sul e litoral-interior e Marques Mano (1909) valoriza a sua deslocação para as áreas urbanas; cresce a emigração, mas só este autor vê nela o resultado de difíceis condições de vida. Ainda na vivacidade do começo de novecentos, é Ildefonso Marques Mano (1909) quem fala da irregularidade das chuvas, da falta de irrigação, da estrutura fundiária deficiente, da necessidade de organizar o crédito agrícola ou da expansão do trigo, a sul. Mas, para a generalidade dos autores, *Portugal* é, cada vez mais, o país agrícola de descrições rotineiras e de produções *típicas*. Multiplicam-se as fotografias ou desenhos de figuras tradicionais, com os seus trajes, sejam do Continente ou do restante Império, no Portugal crescentemente estereotipado da disciplina de Geografia.

A indústria é alvo de abordagens diferenciadas, mas tende a ser progressivamente desvalorizada; vai-se generalizando a convicção de que a falta de hulha e de ferro explica a reduzida industrialização portuguesa. Em termos inéditos, Luis Schwalbach (s.d.) reflecte sobre as consequências do afastamento de Portugal dos grandes centros culturais e económicos da Europa.

Nos livros baratos, publicados em grandes quantidades para a instrução primária, desaparecem ou atenuam-se os mapas, surgem as tabelas de memorização de montanhas, rios, portos, cabos, províncias, distritos, cidades, produções, linhas férreas... É uma Corografia escolar assumidamente memorista – mas, também, de identificação com o país.

Um pouco indiferentes aos debates sobre o Império e ao papel do ensino e da disciplina de Geografia, os autores escolares assumem a causa do

ultramar, onde afirmam residir a importância de Portugal. Numa leitura estimulante para o orgulho nacional, generaliza-se a comparação das superfícies dos territórios do Império com a da metrópole; de forma incorrecta, sugere-se que o império é o principal parceiro comercial da metrópole. Em descrições pouco prescritas pelos programas, os Açores são terra de cereais e de comércio, que fascina pelo exotismo dos seus produtos tropicais, também por vezes pelo seu vulcanismo, e possuem uma localização (*posição*) privilegiada entre continentes. A Madeira é, supostamente, muito fértil, de clima único, com reputado vinho e, agora, com um assinalável desenvolvimento industrial, graças aos bordados e vimes – é a *pérola do oceano*. No ultramar, perdura o olhar benigno sobre Cabo Verde, com óbvia dificuldade dos autores em lidar com as suas secas e carências. A Guiné é terra fértil, mas ainda pouco explorada, de ricas madeiras e indígenas turbulentos. Também os são-tomenses descendentes de escravos estão mal conceituados, mas S. Tomé e Príncipe é um exemplo internacional do sucesso das plantações, as roças. Angola é quase quinze vezes maior que *Portugal*, com clima por vezes pouco sadio, o que não sucede nos planaltos do interior sul. Com grandes riquezas, também no subsolo, é colónia mista, porque de plantação e de povoamento. Moçambique, igualmente uma colónia mista, tem um comércio pouco direccionado para a metrópole e beneficia do escoamento de produtos das próximas e prósperas possessões inglesas. Da Índia recorda-se o passado histórico e a maior civilidade das suas gentes, também testemunhada pela presença de escolas superiores. Multiplicam-se as descrições do relevo, acredita-se que a agricultura progrida e não se deixa de referir os efeitos negativos da concorrência das vizinhas possessões britânicas. Macau continua cidade de próspero comércio (mesmo que com crises...) e Timor é promovida à *possessão mais distante*, em mais uma das excepções que tanto agradam aos autores de Geografia; possui uma terra muito fértil, que aguarda a devida exploração. Acrescentam-se observações e sugestões pessoais, mais frequentes em autores do começo do século. Contudo, tende a uniformizar-se o olhar dos autores escolares sobre as diferentes partes do império, desaparecendo anteriores dicotomias entre possessões ricas e pobres.

Em 1922, Mário de Vasconcelos e Sá vê aprovado o seu livro para a 5ª classe. Do programa consta a *Corografia de Portugal e colónias*, mas o autor suprime este tema, já abordado anteriormente; tal é correcto, mas não deixa de reflectir a desvalorização do estudo do país, tendência já denunciada por Correia Monteiro (1920). Aquele autor enfatiza, antes, a expansão marítima portuguesa, para a qual somos remetidos pelas suas capas de caravelas quinhentistas – a História fornece a grande fonte de legitimação portuguesa do autor de Geografia da República.

A partir dos anos 30, os livros de *Ciências Geográfico-Naturais* de um Portugal sem ambição são cada vez mais escritos por docentes com formação universitária e talvez por isso, de texto menos espontâneo. No ensino técnico, a Geografia continua a ser de produções e de potências económicas

mundiais.

Na instrução primária, é notória a falta de preocupação de rigor científico, sobretudo no enaltecimento da pátria. Assim, para Acácio Guimarães (1931: 52-63), a parte da Península Ibérica ocupada por Portugal é a melhor, por ser a *mais fértil, a mais pitoresca, por ter um clima mais doce e porque quase todos os rios mais importantes da península vão desaguar no seu litoral*; enfim, *Para o mesmo autor, pode dizer-se que, a despeito da sua independência, o Brasil é, ainda hoje, a nossa melhor colónia*. Segundo José Romão e Leonel Trindade (1946), na Madeira não há frio no Inverno, nem calor no Verão e José M. Gomes (s.d.) divide a Geografia em Corografia e Topografia, as planícies em peneplanícies, planaltos e planuras...

Entretanto, os autores dos manuais de Geografia tentam respeitar os programas – o que torna ainda mais significativas as duas excepções que a seguir se indicam. Em 1933, para o ensino técnico, António Matoso publica um segundo livro de Geografia, sucinto, de acordo com as últimas indicações oficiais. Contudo, dois anos depois, a solicitação de professores da disciplina, desdobra a sua obra em dois volumes, com grande benefício para a Corografia de Portugal. Não há qualquer reacção oficial a este publicitado desrespeito do programa, revelar da importância da pressão exercida pela comunidade docente em direcção a uma Geografia descritiva e nacionalista.

Em 1937, o governo decide manter, provisoriamente, o programa da 4ª classe, onde se estuda Portugal e colónias. A Geografia continua a não ser leccionada na classe anterior, mas tal é ignorado pelos autores escolares, talvez para que os alunos não estudem a Geografia de Portugal na 4ª classe, sem conhecimentos prévios tidos por necessários (pontos cardeais e colaterais, formas de relevo...). Para o ensino primário vão saindo livros de autoria anónima ou de professores primários desconhecidos, nem sequer sujeitos a aprovação oficial. Contudo, apenas em 1952, a Junta Nacional de Educação rejeita quatro livros, por estarem em desacordo com o programa, como sucede há tantos anos. É clara a força dos professores e dos autores escolares do primário em imporem o seu discurso e as suas regras.

Os grandes conflitos mundiais passam ao lado de uma Geografia cada vez mais afastada do seu tempo e de situações problemáticas – mas nem por isso a 2ª Grande Guerra deixa de se reflectir no ensino liceal do Estado Novo e na sua disciplina de Geografia, muito em particular.

5. O Estado Novo e a defesa da causa colonial

O Estatuto Liceal de 1947 inicia um novo ciclo no ensino de Geografia, que se prolonga até à reforma curricular de 1989. A Revolução de 25 de Abril introduz uma ruptura significativa, desde logo porque Portugal perde o império ultramarino, mas há uma importante continuidade no discurso escolar.

A reforma de 1947 revaloriza o ensino de Geografia pelo seu papel na defesa de um império ameaçado pelas ideologias e movimentos anti-colonialistas, particularmente fortalecidos no final da 2ª Grande Guerra. Em

1951, o próprio governo português é obrigado a alterar a designação constitucional de *colônia* pela de *província* – o que se reflecte, três anos depois, no texto dos programas de Geografia, em revisão daqueles aprovados em 1948. Nos anos 60, a eclosão da guerra colonial acentua o contributo da Geografia para a identificação com o império: na reforma do Ciclo Preparatório, de 1968, a disciplina de *História e Geografia de Portugal* substitui a de *Ciências Geográfico-Naturais*. Em 1974, a Geografia vai ser questionada pelo seu comprometimento com o regime anterior, mas é necessária à reidentificação dos portugueses com o diferente Portugal.

Consolidam-se as escolas de Geografia criadas por Amorim Girão, na Universidade de Coimbra, e por Orlando Ribeiro, na Universidade de Lisboa; em ambas, é marcante a influência da escola regional francesa. O programa liceal de 1948 menciona a divisão do Continente em regiões naturais, de acordo com Amorim Girão e, em 1941, Orlando Ribeiro inicia a publicação de *Orientações Modernas do Ensino de Geografia*, na officiosa revista *Liceus de Portugal*; diplomados pelas universidades, mesmo se em número sempre afluente escasso, elaboram programas e manuais e fazem o ensino de Geografia. Contudo, continuam débeis as relações institucionais entre o ensino universitário e o ensino secundário.

Pela reforma de 1947, as *Ciências Geográfico-Naturais* são reduzidas aos dois primeiros anos e, nos cinco restantes, recupera-se a disciplina de *Geografia* – opcional nos 6º e 7º ano. Nos 3º e 4º anos, surge uma Geografia que se detém nos continentes e principais países e, no 5º, aborda-se Portugal (mais tarde, precedido pelo estudo da Europa). O 6º ano é de Geografia geral, seguido de Geografia Política e, enfim, retoma-se o estudo de Portugal. Na mesma reforma, o governo de Salazar institui o livro único por ciclo de ensino.

Em 1968, o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário assume a *devoção à Pátria* e o *sentido da unidade nacional*⁴ e o programa de História e Geografia de Portugal⁵ pretende *conseguir o conhecimento... de como o pequeno Condado Portucalense foi alargado até aos limites actuais de Portugal na Europa, na África, na Ásia, de como os Portugueses souberam valorizar o território e as gentes e de como devem continuar a fazê-lo melhor*.

Apenas em 1957 é escolhido o livro único para o 1º ciclo, de Joaquim Faria Correia Monteiro. Dois anos antes, fora autorizado o compêndio de Amílcar Patrício e de Júlio Leal de Loureiro para o 2º ciclo. A partir de 1965, por mais lucrativo, estes autores continuam a publicar, livremente, os seus compêndios, que muitos continuarão a julgar impostos oficialmente. Para o 3º ciclo, também em 1957 é aprovado o livro de Evaristo Vieira e Alves de Moura. No ensino técnico profissional, de que só conhecemos a aprovação de um compêndio único, pontificam os nomes de Alves de Moura,

⁴ Artigo 2º do Decreto nº 48572

⁵ Portaria nº 23601, de 9 de Setembro de 1968

Américo Palma e Oliveira Boléo, que publicam pela Didáctica Editora.

Com a reforma de 1968, restabelece-se a liberdade de produção e escolha dos compêndios do Ciclo Preparatório, de entre os previamente aprovados pelo Ministério da Educação, mas não se admitem livros que não estejam em conformidade com a doutrina e moral cristãs e os superiores interesses e valores da Nação portuguesa.

O *livro único* de Geografia mobiliza, como autores, uma elite de docentes. Joaquim Faria Correia Monteiro é um discípulo de Silva Teles e antigo assistente da Faculdade de Letras de Coimbra, depois professor do Liceu de Passos Manuel, em Lisboa. Amílcar Augusto Patrício forma-se na Universidade de Coimbra, onde colabora com Amorim Girão no *Atlas de Portugal* (1941) e na *Geografia de Portugal* (1942). Será convidado por aquele e por Orlando Ribeiro para uma carreira universitária. Por pressão das autoridades, é reitor do Liceu de Leiria e, já em Lisboa, abraça as funções de professor metodólogo (formador de outros docentes da disciplina). Na descrição deste professor liceal, avesso a alguma notoriedade académica ou, mesmo, política, podemos reconhecer a própria descrição da disciplina de Geografia do Estado Novo.

Colega de Amílcar Patrício em Coimbra, Júlio Leal de Loureiro é, igualmente, professor metodólogo, primeiro em Lisboa e depois no Porto. Eduardo Marinha Alves de Moura é um discípulo de Silva Teles, em Lisboa; reitor do Liceu de Faro, distingue-se pelos trabalhos práticos de Geografia que promove e será o primeiro professor metodólogo de Geografia do Liceu Normal de Lisboa; nos anos 40, ingressa no Colégio Militar. Na revista *Labor*, assina artigos diversos sobre o ensino de Geografia e, mais tarde, sobre a situação dos docentes. Em 1944, será um dos fundadores de uma editora escolar e, no começo de 70, estará ainda ligado à criação de duas outras editoras.

Evaristo Guedes Vieira, colega de Orlando Ribeiro no Liceu e na Faculdade de Letras de Lisboa, começa por ter um percurso profissional difícil por, em 1927, o seu pai ter participado numa rebelião contra a Ditadura; mais tarde, será, também, professor metodólogo, em Coimbra e em Lisboa. Nos anos 60, representa Portugal em conferências do Conselho da Europa sobre manuais escolares, organiza estágios pedagógicos em Angola, etc. Contudo, não lhe é esquecida a fama de esquerdista e, com a Revolução de 1974, é chamado a fazer a revisão dos programas de Geografia. Por último, Américo Silvino Palma licencia-se também em Lisboa e nesta cidade será o professor metodólogo do Ensino Técnico Profissional. Distingue-se, sobretudo, pela sua actividade de editor escolar, onde é sócio de Alves de Moura, não possuindo outros textos para além dos compêndios escolares.

Os principais autores do Estado Novo são, pois, na sua maioria professores metodólogos de Geografia. Antigos alunos de Amorim Girão ou de Silva Teles, muitos deles contactam com Orlando Ribeiro e a sua obra.

O programa de Ciências Geográfico-Naturais valoriza, sobretudo, os conhecimentos de ciências naturais e nele se frisa que *o homem, como ser*

*inteligente, consegue dominar ou modificar o ambiente, mas só dentro de certos limites.*⁶ No 2º ciclo liceal, domina a descrição dos aspectos físicos dos continentes e das respectivas produções agrícolas e minerais, com uma breve referência à população. Na abordagem dos vários países, como os da Europa, o solo e o clima são tomados por factores decisivos, com desvalorização de todos os restantes factores. Júlio Leal de Loureiro e Amílcar Patrício (s.d.) nem sentem necessidade de identificar os sistemas político-económicos de uma China ou de uma URSS. Em qualquer caso, os EUA são a maior potência industrial do mundo, devido não só ao seu subsolo como à organização de trabalho e às vias de comunicação. Só muito pontualmente são identificados problemas de desenvolvimento.

Numa das últimas edições da sua obra, dos anos 70, Patrício e Loureiro (s.d.) já se detêm, com alguma atenção, nas especificidades da economia soviética e na rivalidade entre a URSS e os EUA na supremacia mundial. Na mesma altura, os mesmos autores falam de uma unificação da Europa que a tornaria *uma grande potência* (Loureiro, Patrício, 1974: 126).

A aparente neutralidade de discurso, quando se fala do mundo, é substituída pelo texto mais empenhado sobre Portugal. Desde logo, Portugal continental fica no extremo SW da Europa, continente com uma posição geográfica central e cujos países *têm caminhado à testa dos países civilizados* (Loureiro, Patrício, s.d.: 219-220); a Península Ibérica é a “mais meridional e ocidental de todas as penínsulas europeias, é a parte da Europa que mais se aproxima da África e da América... O Atlântico, que a banha também, fez dela o centro do mundo civilizado...”. Na apologia nacionalista, “foi a comunicação com o mar que desligou o nosso País do resto da Península... e a situação do nosso País, actualmente, é ainda privilegiada...”

A caracterização geográfica de Portugal efectuada pelos dois discípulos de Amorim Girão acompanha de perto a da *Geografia de Portugal* deste. Os autores vão frequentemente para além do exigido pelo programa, como quando falam das unidades geomorfológicas, de linhas isotérmicas... A emigração é justificada por motivos históricos (os descobrimentos), mas reconhece-se, também, *o nível baixo de vida das populações rurais* (idem, 275). Na descrição possibilista, “a aglomeração urbana é, em grande parte, obra do homem, embora não deixe de reflectir as causas geográficas que contribuem para a sua formação e desenvolvimento” (idem, 284). Surgem os minifúndios, os latifúndios, a cultura intensiva, os afolhamentos, o esforço do homem na terra duriense... Aborda-se, com pormenor, a cultura de cereais, mas não há uma palavra sobre a sua carência. Portugal não é industrial, mas progride neste domínio e a construção de barragens hidroeléctricas tenta compensar a falta de carvão e de petróleo. Já nos anos 70, destaca-se o desenvolvimento da TAP, com a suas *mais de 20 rotas* (Loureiro, Patrício, 1974: 206) e o turismo surge como *indústria* dos tempos modernos.

Na sequência temática de localização e dimensões do território, relevo,

⁶ Decreto nº 37112, de 22 de Outubro de 1948

clima, hidrografia, vegetação, população, agricultura, indústria e transportes, reconhecemos facilmente a Geografia regional dominante na universidade.

As notas históricas legitimam a ocupação pelos portugueses nas ilhas adjacentes e no ultramar. Mantém-se o discurso de um desenvolvimento económico apoiado na situação, clima e natureza do solo, com o discreto enaltecimento patriótico. Cabo Verde tem secas prolongadas e falta de água potável, mas a multiplicação de culturas acaba por fornecer a imagem de alguma abundância – ao encontro, do programa. Em Angola, *Um dia virá em que a população branca terá atingido um elevado número, pois Angola tem todas as condições para colónia de povoamento* (Loureiro, Patrício, s. d.: 373), num entusiasmo que aumenta com os anos. A guerra colonial é arredada dos manuais de Geografia e o Estado da Índia continua a ser referido depois de ocupado militarmente pela União Indiana, em 1960.

Numa Geografia comprometida mas com alguma autonomia, surgem pontualmente observações críticas, como à falta de equipamento do porto de S. Tomé, aos processos rotineiros que dificultam a agricultura na Índia ou ao clima insalubre de Dili.

No 6º ano, depois de uma Introdução Cosmográfica, surge a Geografia Geral, física e humana. O ano seguinte é o de uma Geografia Política de potências mundiais e impérios coloniais, a que se segue o Portugal Metropolitano e Ultramarino, muito mais este último que o primeiro, que se *pretende incutir no espírito do aluno a noção de que o ultramar representa um valor em potencial...*, para o que “o estudo tem de ser dirigido de uma forma dinâmica...”.⁷

Na perspectiva de valorização do ultramar, no 7º ano o compêndio será uma compilação de bibliografia, estatísticas e mapas, que os alunos discutirão nas aulas. Contudo, nem por isso o compêndio diferente faz um ensino metodologicamente inovador. Sobre o Continente e ilhas adjacentes, surgem textos, principalmente, de Amorim Girão, Orlando Ribeiro e Raquel Soeiro de Brito; os dois últimos autores e Oliveira Boléo pontificam entre os citados sobre o ultramar.

Américo Palma e Alves de Moura elaboram um compêndio de *Geografia Económica* para o ensino técnico. Identificam-se produções, a sua circulação, grandes potências comerciais e industriais, impérios coloniais e, numa segunda parte, Portugal Continental, Insular e Ultramarino mobiliza 40% do livro. Aumentam as afirmações cientificamente duvidosas, a manipulação nacionalista é mais evidente... Reflexo de não ser um compêndio sujeito a apreciação oficial?

Nas suas marcadas preocupações ideológicas, o programa de *História e Geografia de Portugal*⁸ valoriza os *Interesses espirituais e morais* dos portugueses, recupera a *Organização política e administrativa* e fala de *Tendência para o futuro* – é, de novo, uma disciplina de projecto. Da *Síntese final*

⁷ Decreto n° 37112, de 22 de Outubro de 1948

⁸ Portaria n° 23601, de 9 de Setembro de 1968

consta *A variedade de territórios e raças e a unidade nacional. O sentimento português de uma comunidade universalista.*

Nos livros para este grau de ensino, surge um Portugal rural de estereótipos regionais e reduzidas preocupações de rigor: por exemplo, num Noroeste que se estende entre os rios Minho o Mondego, dominam os campos-prados, a casa é de granito e com dois pisos (Fernandes, Simões, Freitas, s.d.). Descobre-se o novo discurso assimilacionista sobre o império: a expansão da civilização portuguesa não anulou as culturas locais, que se mantêm e evoluem, na interpenetração de culturas.

Apenas em 1960 é reformado o ensino primário dos programas de 1929, a confirmar a sua grande autonomia. Como se afirma nas suas *Observações*, a disciplina de Ciências Geográfico-Naturais, da 4ª classe, *Ao ensinar a geografia de Portugal o professor terá sempre presente a intenção de dar às crianças a consciência da unidade portuguesa, uma unidade intercontinental e interoceânica*⁹. Na identificação dos principais rios, serras, planícies ou portos, aos acidentes da metrópole sucedem-se os das ilhas adjacentes, das províncias ultramarinas... Ao rio Guadiana, segue-se o Cacheu; à serra da Estrela, a do Pico, etc. Entretanto, o Brasil não é esquecido na exaltação da obra colonial portuguesa.

O professor primário António Branco é o autor melhor sucedido. O seu compêndio, de reduzidas preocupações no fornecimento de informações geográficas, confunde-se com um manual de propaganda ideológica do regime; no que poderá ser entendido como uma alusão indirecta à guerra colonial, afirma-se que *A Tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias! Merece todos os teus sacrifícios.* (Branco, s.d.: 52).

A disciplina de Geografia está ao serviço da causa ultramarina.

6. Revolução de 1974: reidentificar os portugueses com o seu país

Com o 25 de Abril, suspende-se imediatamente o estudo do ultramar, que já não consta dos exames nacionais da metrópole e, nas províncias ultramarinas, estes incidem apenas sobre o respectivo território.

Ensaia-se a implementação das disciplinas alternativas de *Ciências Sociais* e de *Ciências do Ambiente*, já antes lançadas pelo Ministério da Educação. No Ensino Preparatório, a partir de 1975/76, a *História e Geografia de Portugal* é substituída por *Estudos Sociais* e *História de Portugal*, com desvalorização da Geografia.

Num Portugal em crise de identidade e numa reforma apressada, em 1978/79 é aprovado o programa do 7º ano, de Geografia física geral; o 8º ano é dedicado inteiramente a Portugal e, no nível seguinte, estuda-se o mundo. Perdura o discurso possibilista e ruralista. Enuncia-se o objectivo de *Justificar as vantagens da entrada de Portugal na CEE* – a disciplina de Geografia continua a transportar o discurso político dominante. No 9º ano, a

⁹ Decreto-Lei nº 42994, de 28 de Maio de 1960

abordagem do clima e o relevo contribui para a desvalorização das causas políticas e económicas que ajudam a compreender o mundo actual.

Nos 10º e 11º anos, os programas são de generalistas Geografia Física ou Geografia Humana. No 12º ano, entretanto instituído, faz-se sentir a influência da Nova Geografia, suscitando reacções de alguma incomodidade entre os docentes.

Nos manuais, elaborados praticamente só por professores liceais, muitos deles ligados à formação de professores, multiplicam-se as citações do consagrado Orlando Ribeiro. Numa Geografia antropocêntrica, programas e manuais relutam em reconhecer o estatuto de Regiões Autónomas aos Açores e à Madeira, atribuído pela Constituição de 1976. Na emigração, concede-se discretamente nas suas causas económicas, mas o trigo e o milho continuam a povoar as páginas dos manuais, de novo sem referência à sua insuficiente produção. Em 1986, Portugal ingressa na Comunidade Europeia e nos manuais de Geografia valoriza-se a nova realidade geográfica. Novos autores, eventualmente mais sensíveis a um país cada vez mais urbano, afastam-se do tradicional discurso ruralista.

Entretanto, as visitas de estudo diferenciam ligeiramente a disciplina de Geografia, mas as práticas escolares dominantes continuam marcadas pela rotina do manual. Alguns docentes de Geografia envolvem-se em experiências de trabalho de projecto, no âmbito da Educação Ambiental. Estas experiências também reflectem a angústia de uma comunidade de professores, cada vez mais numerosa, agora igualmente formada na Universidade do Porto e na Universidade Nova de Lisboa, e que sente crescentemente questionado o papel curricular da Geografia.

Em 1987, cria-se a Associação de Professores de Geografia e efectua-se o primeiro Encontro Nacional de Professores; na mesma data, surge a Associação Portuguesa de Geógrafos. Ainda neste ano, nas universidades surgem os cursos de formação inicial de docentes de Geografia, aproximando o ensino universitário do básico e secundário e desenvolvendo-se a didáctica da disciplina.

Mas o discurso dos programas do final dos anos 70 é o de uma disciplina de Geografia cada vez mais incapaz de explicar o mundo em que crescem os alunos e com um velho projecto nacionalista.

7. Um ciclo europeu

Na sequência da reforma curricular de 1989, o ensino da Geografia de Portugal é suprimido do 3º ciclo do Ensino Básico e só em parte compensado pela reintrodução, no 2º ciclo, da disciplina de *História e Geografia de Portugal*, leccionada por docentes de História. Dedicar-se um ano lectivo ao estudo da Europa e mantém-se um outro nível de Geografia geral, debruçado sobre o mundo. Perante a reacção dos docentes da disciplina à supressão do ensino de Portugal no 3º ciclo, o Ministério da Educação dedica o programa de Geografia, dos 10º e 11º anos, ao estudo do país.

Retomando o essencial do discurso sobre o estado-nação, o programa do 7º ano de escolaridade fala-nos de uma Europa harmoniosa, mais marcada pela diversidade que por problemas sociais e desigualdades de desenvolvimento. Apesar da referência genérica a *uma Europa* esta é, sobretudo, a da União Europeia. Ao jovens que antes estudavam regiões e distritos, sucedem-se os que memorizam países europeus e suas capitais. No 9º ano, programas e manuais adoptam um discurso mais descomprometido sobre as desigualdades de desenvolvimento mundial ou os seus problemas ambientais, mas continuam-se a desvalorizar aspectos políticos e económicos. Em livros que se querem atraentes, porque mais vendáveis, multiplicam-se fotografias, gráficos e números, no repetido positivismo de quem pretende tornar próximos territórios e populações.

O programa do 10º/11º anos fala de *Portugal: potencializar os recursos, realidades e utopias*, na aparente redescoberta de uma Geografia com um projecto de intervenção: avaliar os recursos, físicos e humanos, e promover a sua utilização, valorizando metodologias centradas no aluno pesquisador e interventivo. Ultrapassados os traumas mais próximos da descolonização, referem-se os países de expressão portuguesa. Contudo, como se descobre em compêndios e exames da disciplina, também aqui a Geografia descritiva vai sobrepor-se à prospectiva e a investigação do aluno tende a esgotar-se, quantas vezes, na resolução de exercícios que apelam, sobretudo, à memorização; a análise de conteúdo dos manuais continua a revelar a manipulação de informação, ao encontro de uma vocação nacionalista da disciplina (Claudino, 2001).

A reforma curricular (ainda que não assumida como tal) do 3º ciclo do Ensino Básico, a generalizar em 2002/03, é marcada por profundas alterações metodológicas. Alargam-se os tempos escolares para 90 minutos, de forma a permitir o trabalho de pesquisa e tratamento de informação por parte dos alunos; definem-se competências, *saberes em acção*, a desenvolver pelos alunos e as competências específicas a promover em cada disciplina.

A Geografia é redefinida como disciplina de charneira entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais e considerada numa dimensão tanto conceptual como instrumental (DEB/ME, 2001). Indicam-se seis temas de abordagem obrigatória, com liberdade de selecção da sequência a adoptar (excepto em relação ao primeiro) e uma grande autonomia de gestão curricular. Portugal, a Europa e o Mundo são escalas privilegiadas em cada unidade temática – recupera-se o estudo do país, contrariando-se o nunca assumido abandono da reforma anterior. Os manuais escolares revelam a acrescida preocupação com a promoção de actividades escolares, mas também denunciam como as práticas escolares tenderão a continuar a ser marcadas pela apropriação da informação que veiculam.

Entretanto, no 1ª ciclo do Ensino Básico, antigo ensino primário, surpreendentemente ou não, perdura muita da Corografia escolar tradicional.

8. Um projecto

A evolução do ensino de Geografia em Portugal demonstra como a valorização do seu papel na identificação com o país tem sido decisivo para a respectiva afirmação curricular e, ainda, que os docentes da disciplina tendem a valorizar a matriz nacionalista. Contudo, mais do que o estudo do país, está em causa a existência de um projecto para a disciplina, definido na comunhão com os anseios e solicitações comunitárias, como sucedeu na segunda metade de XIX, em que a disciplina de Geografia atingiu o seu apogeu. Na definição deste projecto, urge continuar a aposta num mundo socialmente mais justo e humano, utopia que deve continuar a unir os geógrafos mais ligados ao ordenamento do território ou ao ensino.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, F. (1927) – *Curso de Geografia Física e Política*, Primeira Parte – I Classe dos Liceus. Editor – Fortunato de Almeida, Coimbra.
- BARROS, J. (1916) – *Educação Republicana*. Livrarias Aillaud & Bertrand. Paris.
- BOTELHO, J. N. R. (1907) – *Curso de Geografia, Classes I, II e III (Revisões na IV e V)*. Livraria Ferin, Lisboa.
- BOTELHO, J. N. R. (s. d.) – *Geografia Geral Actualizada...*, 15ª edição. Livraria Chardron, Porto.
- BRANCO, A. – *Ciências Geográfico-Naturais 4ª classe*. Porto Editora, Empresa Literária Fluminense, Porto.
- CAPEL, H. (1981) – *Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea – Una introducción a la Geografía*. Barcanova, Barcelona.
- CLAUDINO, S. (2001) – *Portugal através dos manuais escolares de Geografia. Século XIX. As imagens intencionais*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Universidade de Lisboa (policopiado).
- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-DEB/ME (2001) – *Geografia – Orientações Curriculares 3º Ciclo*. Documento de Trabalho, pol s.l.
- FERNANDES, G.; SIMÕES, M.; FREITAS, G. (s.d.) – *História e Geografia de Portugal para o 2º ano do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário*. Porto Editora, Emp. Lit. Fluminense, Livraria Arnado, Porto.
- GIRALDES, J. P. C. (1826) – *Compêndio de Geografia-Histórica Antiga e Moderna, e Cronologia, para uso da Mocidade Portuguesa*. Fantin, Livreiro, Paris.
- GIRÃO, A. (1953) – Vária. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, nº 6 e 7.
- GIRÃO, A. (1929) – O ensino da geografia nos Liceus e nas Universidades. *Arquivo Pedagógico*, vol. II, nº 4, p. 373-386
- GOMES, J. M. (s.d.) – *Geografia para o Ensino Primário*, 39ª Edição. Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa.
- GUIMARÃES, A. (1931) – *Noções de Geografia da 3.ª e 4.ª classes*. Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa.
- JÚNIOR, M. D. H. (1919) – *A Geografia no Ensino Secundário*. Tipografia do Comércio, Lisboa.
- LOUREIRO, L.; PATRÍCIO, A. (s.d.) – *Compêndio de Geografia, 2º ciclo dos Liceus, volume II – 4º e 5º Anos*. Porto Editora, Porto.

- LOUREIRO, J. L.; PATRÍCIO, A. (1974) – *Compêndio de Geografia, 3º ano (antigo 5.º), Ensino Liceal*. Porto Editora, Porto.
- MACHADO, B. (1899) – *O Ensino Primário e Secundário*. S.e., Coimbra.
- MATOS, J. N. (1924) – A Mentalidade Colonial dos Portugueses. *O Instituto*, vol. 71º, nº 1. Janeiro p. 4-14
- MATOSO, A. G. (1933) – *Compêndio de Geografia Económica*, 1ª Edição. Livraria Sá da Costa, Lisboa.
- MATOSO, A. G. (1948) – *Compêndio de Geografia Geral*, 12ª Edição. Livraria Sá da Costa, Lisboa.
- MELO, J. L. C. (1851) – *Breve Tratado de Corografia Portuguesa Histórica Política oferecido à Mocidade Portuguesa*. Tip. de Sotero Antonio Borges, Lisboa.
- MONIZ, J. (1890) – O ensino público em Portugal. *Revista de Educação e Ensino*, V, p. 433-445.
- MONTEIRO, C. (1920) – *Esboço de um compêndio de Geografia de Portugal*. Livraria Ferin, Lisboa.
- MONTEIRO, J. C. (s. d.) – *Ciências Geográfico-Naturais*, 1º e 2º anos, 1ª Edição. Livraria Cruz, Braga.
- MOURA, A.; PALMA, A. (1958) – *Geografia Económica para o ensino das Escolas Comerciais*, 6ª edição. Livraria Didáctica, Lisboa.
- NETO, J. S. P. O. (1917) – *O Estudo da História e da Geografia (Dissertação do 2.º ano da Escola Normal Superior)*. França & Arménio Editores, Coimbra.
- PATRÍCIO, A.; LOUREIRO, J. L. (s.d.) – *Compêndio de Geografia, 2º Ano (antigo 4º), Ensino Liceal*. Porto Editora, Livraria Arnado, Emp. Lit. Fluminense, Porto.
- PEREIRA, J. F. (1850) – *Compêndio de Corografia Portuguesa para uso das Aulas de Instrução Primária e Secundária*. Oficina Tipográfica, Lisboa.
- PEREIRA, J. F. (1850) – *Compêndio de Geografia*. Imprensa Comercial, Lisboa.
- RIBEIRO, O (1976). – Silva Telles, introdutor do ensino da Geografia em Portugal. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XI (21), p. 12-36
- ROMÃO, J.; TRINDADE, L. (1946) – *Resumo de Geografia segundo os Programas do Ensino Primário*. Albano de Sousa & Barbosa, Lisboa.
- SÁ, M. V. (1932) – *Compêndio de Geografia Geral para a 6.ª classe de Letras e Ciências...* Livraria Lelo, Limitada – Editora, Porto.
- SÁ, M. V. (1931) – *Geografia Primária*. Livraria Lelo, Limitada – Editora, Porto.
- SÁ, M. V. (s.d.) – *Compêndio de Elementar para o Ensino Oficial*. Livraria Lelo, Limitada – Editora, Porto.
- SCHWALBACH, L. (s. d.) – *Compêndio de Geografia para a 1.ª e 2.ª Classes dos Liceus*. Livraria Bertrand, Lisboa.
- VIEIRA, E.; MOURA, A. (1967) – *Compêndio de Geografia para o 3º Ciclo dos Liceus*. Empresa Literária Fluminense, Lisboa